

CRECI QUER FINANCIAMENTO DE USADOS

O Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), quer que o governo anuncie a volta dos financiamentos de imóveis usados. Segundo a pesquisa realizada pela entidade, o saldo destinado a habitação é de US\$ 350 milhões. Conforme a resolução de 18 de outubro deste ano, do Banco Central, 75% desse total será destinado para financiamentos de imóveis novos e 25% para usados o que corresponde a US\$ 87,5 milhões. Esse valor pode financiar a compra de 5 a 10 mil imóveis usados, prontos para morar. Enquanto o restante tem que ser ainda construído, explica o presidente do Creci, Roberto Capuano.

No levantamento realizado pelo

Creci, com 160 empresas imobiliárias, não houve procura para imóveis usados. Segundo Capuano, o último financiamento ocorreu em 1979, e a partir de 88 os bancos alegaram que o dinheiro arrecadado nas cadernetas de poupança havia sido aplicado uma boa parte em financiamentos de imóveis usados e agora precisava-se investir nos novos para gerar mais empregos.

Dessa forma só veio a beneficiar os clientes preferenciais dos bancos, que são em minoria e que conseguem os financiamentos, ou seja, "falso financiamento porque esses clientes podem utilizar desse dinheiro para outras finalidades, que não seja para compra de imóveis", afirma Capuano. Devido o baixo poder



Foto: Edilson Dantas.



aquisitivo da população apenas 0,2% pode comprar à vista, diminuindo assim o poder de compra das pessoas. O valor que os bancos podem financiar por lei estabelecido pelo Banco Central é de cerca de US\$ 55 mil, mas isso não vem ocorrendo porque não há financiamento.

Capuano disse, que na realidade "financiamentos de imóveis existem para quem não pode comprar à vista, não foi feito para clientes preferenciais", como vem agindo nor-

malmente os bancos, assegura. Para isso existe uma resolução do Banco Central que não está sendo cumprida. Diante da omissão do governo na área habitacional, a explosão dos aluguéis em outubro (68% de aumento) é um dos reflexos, por isso que o financiamento de imóveis usados seria a saída, a curto prazo, para redução de demanda e a crise se tornaria menor no setor.

O maior problema disso tudo, conta Capuano é "que não tem para quem reclamar, existe uma comissão habitacional da Câmara dos deputados, que até agora não mostrou nenhuma manifestação mais efetiva". Além disso, no Senado não há uma comissão de habitação e, a Secretaria Nacional de Habitação ligada ao Ministério do Bem-Estar Social, está em processo de extinção, nesse caso, menos um órgão para recorrer. A lei existe e os bancos não querem cumprir com a resolução do Banco Central. Apesar deles continuarem a arrecadar normalmente no mercado financeiro em cima das cadernetas de poupança, e eles não repassam para os financiamentos de imóveis usados, diz o presidente do Creci.

Nilva Xavier